

## **Demonstrações Contábeis**

### **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A – ETES**

31 de dezembro de 2013  
com Relatório dos Auditores Independentes

# **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis ..... 1

### Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado .....	4
Demonstrações do resultado abrangente .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	8

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES**  
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

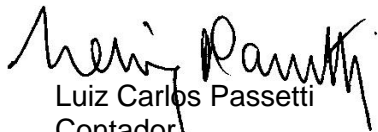
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti  
Contador  
CRC-1SP144343/O-3-S-SP



Rita de C. S. de Freitas  
Contadora  
CRC-1SP214160/O-5 – S – SP

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>16.329</b>	<b>13.815</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.977	520
Investimento de curto prazo	5	-	1.258
Concessionárias e permissionárias	6	1.470	1.194
Impostos a recuperar	7	111	70
Ativo financeiro da concessão	8	12.476	10.677
Outros ativos		295	96
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>75.257</b>	<b>76.234</b>
Títulos e valores mobiliários	11	2.034	1.838
Ativo financeiro da concessão	8	73.191	74.375
Imobilizado		32	21
<b>ATIVO TOTAL</b>			
		<b>91.586</b>	<b>90.049</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>6.416</b>	<b>6.380</b>
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	11	3.914	3.922
Fornecedores		15	72
Salários, férias e encargos sociais		89	121
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	175	157
Dividendos a pagar	13	1.635	1.252
Taxas regulamentares		463	448
Outras obrigações		125	408
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>28.250</b>	<b>31.998</b>
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	11	27.572	31.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	644	586
Provisão para contingências	12	34	9
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>56.920</b>	<b>51.671</b>
Capital social	13	29.064	29.064
Reservas de lucros	13	27.856	22.607
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>91.586</b>	<b>90.049</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>14</b>	<b>11.688</b>	<b>10.334</b>
<b>CUSTO OPERACIONAIS</b>			
Custo dos serviços prestados		(1.309)	(1.415)
Custo de infraestrutura		(77)	(142)
Depreciação		(3)	(2)
		<u>(1.389)</u>	<u>(1.559)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>10.299</b>	<b>8.775</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Administrativas e gerais		(440)	(310)
Pessoal		(366)	(363)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>17</b>	(131)	(124)
		<u>(937)</u>	<u>(797)</u>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>9.362</b>	<b>7.978</b>
Despesas financeiras	<b>15</b>	(2.246)	(2.631)
Receitas financeiras	<b>15</b>	256	458
		<u>(1.990)</u>	<u>(2.173)</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>7.372</b>	<b>5.805</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>16</b>	(430)	(486)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>10</b>	(58)	(46)
		<u>(488)</u>	<u>(532)</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>6.884</b>	<b>5.273</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>			
básico e diluído - R\$		<u>0,23686</u>	<u>0,18143</u>
<b>Quantidade de ações do capital - lotes de mil</b>		<u>29.064</u>	<u>29.064</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.884</b>	<b>5.273</b>
Resultado abrangente	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>6.884</u></b>	<b><u>5.273</u></b>

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros				Lucros e prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>29.064</b>	<b>892</b>	-	<b>17.694</b>	-	<b>47.650</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.273	5.273
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	13	-	264	-	-	(264)	-
Reservas de lucros	13	-	-	-	3.757	(3.757)	-
Dividendos declarados	13	-	-	-	-	(1.252)	(1.252)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>29.064</b>	<b>1.156</b>	-	<b>21.451</b>	-	<b>51.671</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.884	6.884
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	13	-	344	-	-	(344)	-
Reservas de lucros	13	-	-	-	2.488	(2.488)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(1.635)	(1.635)
Dividendos adicionais propostos	13	-	-	2.417	-	(2.417)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>29.064</b>	<b>1.500</b>	<b>2.417</b>	<b>23.939</b>	-	<b>56.920</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.372	5.805
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Variações monetárias e cambiais líquidas	2.216	2.630
Receita de aplicações financeiras	(254)	(349)
Descontos financeiros obtidos	(2)	-
Depreciação e amortização	3	2
Baixa de Ativos	-	5
Provisão para contingências	26	(38)
	<b>9.361</b>	<b>8.055</b>
<b>Aumento no ativo</b>		
Concessionárias e permissionárias	(276)	(327)
Ativo financeiro da concessão	(615)	(16)
Impostos a recuperar	(41)	(40)
Outros ativos	(199)	295
	<b>(1.131)</b>	<b>(88)</b>
<b>Redução no passivo</b>		
Fornecedores	(57)	60
Taxas regulamentares e setoriais	15	448
Salários, férias e encargos sociais	(32)	115
Tributos e contribuições sociais a recolher	(412)	(487)
Adiantamento de clientes	(325)	(2.369)
Outros passivos	17	(222)
	<b>(794)</b>	<b>(2.455)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>7.436</b>	<b>5.512</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgates de aplicações financeiras	6.766	3.102
Investimentos em aplicações financeiras	(5.450)	(500)
Aplicação no imobilizado	(14)	(7)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>1.302</b>	<b>2.595</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	(1.252)	(1.305)
Amortização e pagamento de juros dos financiamentos	(6.029)	(6.490)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(7.281)</b>	<b>(7.795)</b>
<b>Aumento líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.457</b>	<b>312</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	520	208
Saldo no final do exercício	1.977	520
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.457</b>	<b>312</b>
<b>Informações adicionais</b>		
Pagamento contribuição social	130	160
Pagamento de imposto de renda	231	300

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

## 1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Av. Dr. Cardoso de Melo 1955- bl I- 9º andar - Vl.Olímpia - São Paulo – SP, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

### Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 006/2007 - ANEEL, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção da linha de transmissão de 230 kV com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas - Verona e subestação Verona (desenvolvimento de infraestrutura) e Mascarenhas (ampliação) em 230 kV localizadas no Estado do Espírito Santo, sendo reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013 é de R\$ 11.856 para o ciclo de 2013/2014. Para os ciclo de 2012/2013 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 11.132 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

# **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de janeiro de 2014.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.2. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de tráfego, perda de energia, extensão da linha de transmissão, seguros não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

# **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

## **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **3. Sumário das práticas contábeis**

### **3.1. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

#### **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

#### **3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários**

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do período no momento da sua realização. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve nenhuma operação registrada no curto prazo e

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

### **3.1.3. Contas a receber concessionárias e permissionárias**

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

### **3.1.4. Ativo financeiro da concessão**

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

#### *Modelo do ativo financeiro*

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

### **3.1.5. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

### **3.1.6. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

### **3.2. Provisões**

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### **3.2.1 – Provisões para contingências**

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.3. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos de *hedge*.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

### **3.4. Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.5. Tributação**

#### **3.5.1. Impostos sobre a receita de transmissão**

A receita de transmissão está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

### **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSL). A Companhia é está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

### **3.5.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados.

### **3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.



## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

### **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de em suas demonstrações.

### **3.8. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

### **3.9. Reconhecimento da receita**

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre a receita de transmissão não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, é apresentada em nota explicativa.

### **3.9.1. Receita de transmissão de energia elétrica**

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento da infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

### **3.9.2. Receita de juros**

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### **3.10. Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

### **3.11. Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

### **3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos nos próximos exercícios financeiros, são discutidas a seguir.

#### **3.12.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

### **3.12.2. Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **3.12.3. Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

### **3.12.4. Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração,

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infra-estrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

### **3.12.5. Momento de reconhecimento do ativo financeiro**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infra-estrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infra-estrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infra-estrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infra-estrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

### **3.12.6. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro**

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

### **3.12.7. Determinação das receitas de desenvolvimento de infra-estrutura**

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infra-estrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infra-estrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infra-estrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infra-estrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infra-estrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infra-estrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infra-estrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infra-estrutura.

### **3.12.8. Determinação das receitas de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

### 3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## 4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

### 4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não está em vigor para o exercício de 2013:

#### IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	31/12/2013	31/12/2012
<b><u>Caixa e equivalente de caixa:</u></b>		
Numerário disponível	1.977	520
	<u>1.977</u>	<u>520</u>
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b><u>Investimento de curto prazo</u></b>		
Certificados de depósitos bancários	-	1.258
	<u>-</u>	<u>1.258</u>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 75% do CDI em 31 de dezembro de 2013, comparado a 102,00% do CDI em 31 de dezembro de 2012.

### 6. Concessionárias e permissionárias

Encargos de uso da transmissão faturados	Saldos vincendos	Saldos vencidos				Total
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
2013	1.235	7	4	9	215	1.470
2012	816	328	1	12	37	1.194

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

### 7. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	109	68
Imposto sobre Serviços - ISS	2	2
	<u>111</u>	<u>70</u>

### 8. Ativo financeiro da concessão

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>85.036</b>
Receita de transmissão de energia (nota 14)	2.361
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	8.648
Receita de infra-estrutura (nota 14)	142
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(11.135)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>85.052</b>
Receita de transmissão de energia (nota 14)	2.362
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	10.095
Receita de infra-estrutura (nota 14)	77
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(11.919)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>85.667</b>
Circulante	12.476
Não circulante	73.191
	<u><b>85.667</b></u>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

### 9. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	69	60
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	36	32
Programa de Integração Social - PIS	6	5
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	26	21
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1	1
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	24	10
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3	7
Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	13
Outros	10	8
	<u>175</u>	<u>157</u>

### 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	69.806	69.806	70.916	70.916
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(91.586)	(91.586)	(90.049)	(90.049)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	<u>(21.780)</u>	<u>(21.780)</u>	<u>(19.133)</u>	<u>(19.133)</u>
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(1.742)	(2.614)	(1.531)	(2.296)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros	(3)	(18)	(19)	(1)
IR e CS diferidos (Passivo)	<u>(391)</u>	<u>(253)</u>	<u>(378)</u>	<u>(208)</u>
IR e CS diferidos (Resultado)		<u>(58)</u>		<u>(46)</u>

### 11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	31/12/2013				
				Encargos	Principal		Custo de transação a amortizar	
					Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>								
	BNDES (1)	15/09/23	TJLP + 2,37% a.a	59	2.030	17.763	(4)	-
	BNDES (2)	15/09/23	TJLP + 2,38% a.a	8	281	2.457	-	(35)
	BNDES (2)	15/10/19	4,5% a.a	16	1.556	7.521	(32)	(134)
				<u>83</u>	<u>3.867</u>	<u>27.741</u>	<u>(36)</u>	<u>(169)</u>



## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

Moeda nacional			31/12/2012				
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal		Custo de transação a amortizar	
			Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>							
BNDES (1)	15/09/23	TJLP + 2,37% a.a	64	2.030	19.793	(4)	-
BNDES (2)	15/09/23	TJLP + 2,38% a.a	9	281	2.738	-	(39)
BNDES (2)	15/10/19	4,5% a.a	18	1.556	9.077	(32)	(166)
			<b>91</b>	<b>3.867</b>	<b>31.608</b>	<b>(36)</b>	<b>(205)</b>

- (1) O empréstimo do BNDES, firmado em 04 de maio de 2009, com liberação no dia 27 de maio de 2009, está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 2,37% a.a, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão.
- (2) O empréstimo junto ao BNDES, firmado em 29 de dezembro de 2009, teve seu crédito dividido em 2 (dois) subcréditos, sendo: “Subcrédito A” sujeito a incidência de juros de 2,38% ao ano acrescido da variação da TJLP, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e “Subcrédito B” sobre o qual é incidido uma taxa de 4,50% ao ano, com vencimento em 15 de Outubro de 2019. Ambos os subcréditos foram liberados parcialmente no dia 27 de abril de 2010, com liberação concluída em 07 de maio de 2010, e estão sob as mesmas obrigações do contrato assinado previamente.

Os contratos com o BNDES exigem manter certos índices financeiros e cumprir outras obrigações específicas. Em 31 de dezembro de 2013, os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, sendo eles:

Índices financeiros	Índice definido em Contrato
Patrimônio Líquido/Ativo Total	≥ 25%
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida	≥ 1,2

- b) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2013	
	BNDES	Total
2015	3.831	3.831
2016	3.831	3.831
2017	3.831	3.831
2018	3.831	3.831
2019	3.599	3.599
Após 2019	8.649	8.649
	<b>27.572</b>	<b>27.572</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui garantias constituídas, conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estas

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

garantias são no montante de R\$ 2.034 e de R\$ 1.838, respectivamente, estão registradas na rubrica “títulos e valores mobiliários” e são remuneradas em média a 97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2013 e 96,52% em 31 de dezembro de 2012.

### 12. Provisões para Contingências

O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 34 (R\$ 9 em 31 dezembro de 2012) é relacionado a estimativa de perda provável reclamações trabalhistas em que há pleito de verbas rescisórias e horas extras. A Companhia ainda é parte em reclamações trabalhistas em que a avaliação de assessores jurídicos indica perda possível, com valor estimado de R\$ 1.311 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2012).

### 13. Patrimônio líquido

#### 13.1 Capital social:

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas.

#### 13.2 Composição acionária:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho de Administração	1	-	1	-
<b>Total das ações</b>	<b>29.064.000</b>	<b>100,00</b>	<b>29.064.000</b>	<b>100,00</b>

#### 13.3 Reserva legal e destinação do resultado:

Destinação do resultado	31/12/2013	31/12/2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>6.884</b>	<b>5.273</b>
Constituição de reserva legal (5%)	(344)	(264)
<b>Subtotal</b>	<b>6.540</b>	<b>5.009</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.635)	(1.252)
Dividendos adicionais propostos	(2.417)	-
Reserva de lucros	(2.488)	(3.757)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

## 14. Receita operacional líquida

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de transmissão de energia	2.362	2.361
Remuneração do ativo de concessão	10.095	8.648
Receita de infra-estrutura	77	142
<b>Total - Receita operacional bruta</b>	<b>12.534</b>	<b>11.151</b>
<b>Tributos sobre a receita operacional bruta</b>		
Programa de Integração Social - PIS	(78)	(75)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(358)	(346)
	<b>(436)</b>	<b>(421)</b>
<b>Encargos regulamentares da concessão</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(298)	(289)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(45)	(43)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(45)	(43)
Ministério de minas e energia - MME	(22)	(21)
	<b>(410)</b>	<b>(396)</b>
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>11.688</b>	<b>10.334</b>

## 15. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	254	349
Descontos obtidos	2	-
Atualização monetária - Impostos a recuperar	-	109
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>458</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.190)	(2.630)
Atualização monetária	(26)	-
Despesas bancárias	(29)	-
Outros	(1)	(1)
<b>Total</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.631)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(2.173)</b>

## 16. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
Correntes	(278)	(152)	(321)	(165)
Diferidos	(31)	(27)	(34)	(12)
<b>Total</b>	<b>(309)</b>	<b>(179)</b>	<b>(355)</b>	<b>(177)</b>
<b>b) Tributos correntes:</b>				
Receita de transmissão	11.929	11.929	11.522	11.522
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	953	1.431	922	1.383
Receita financeira	256	256	458	458
	1.209	1.687	1.380	1.841
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>(278)</b>	<b>(152)</b>	<b>(321)</b>	<b>(165)</b>
<b>c) Tributos diferidos:</b>				
<b>ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)</b>	<b>(31)</b>	<b>(27)</b>	<b>(34)</b>	<b>(12)</b>
<b>d) Alíquota efetiva:</b>				
Resultado antes dos tributos	7.372	7.372	5.805	5.805
Despesa com tributos	309	179	355	177
Alíquota efetiva	<b>4,2%</b>	<b>2,4%</b>	<b>6,1%</b>	<b>3,0%</b>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

### 17. Partes relacionadas

#### 17.2 Garantias

A Alupar Investimento S.A. é prestadora de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações, nos contratos de financiamento celebrados entre a Companhia e o BNDES, conforme mencionado na Nota Explicativa n. 11.

#### 17.3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	(131)	(124)
<b>Total</b>	<b>(131)</b>	<b>(124)</b>

a) Incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros, e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para a alta administração.;

### 18. Instrumentos financeiros

#### 18.1 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

##### 18.1.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

##### 18.1.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.;

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

### **18.1.3 Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### **18.1.4 Risco de preço**

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme cláusulas previstas no contrato de concessão reajustadas anualmente, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

## **18.2 Hierarquia do valor justo**

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência de avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro da concessão.

## **18.3 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

### 18.4 Gestão de capital

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(3.914)	(3.922)
Não circulante	(27.572)	(31.403)
Dívida total	(31.486)	(35.325)
Caixa e equivalentes de caixa	1.977	520
Investimentos de curto prazo	-	1.258
Títulos e valores mobiliários - não circulante	2.034	1.838
Dívida líquida	(27.475)	(31.709)
Patrimônio líquido	56.920	51.671
<b>Dívida líquida / Patrimônio Líquido</b>	<b>48,3%</b>	<b>61,4%</b>

### 18.5 Informações sobre liquidez

A Companhia têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2013  
(Em milhares de reais)

### 19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

### 20. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros estabelecido pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Riscos operacionais	12/08/13	04/07/14	2.500
Responsabilidade Civil	14/05/13	14/05/14	5.405
Total			<u>7.905</u>

### 21. Medida Provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 [se esse for o caso da empresa sendo auditada], baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.